



A ALIANÇA PARA O PROGRESSO, A TEORIA DA MODERNIZAÇÃO E A EAD NO BRASIL

Flávia Magalhães Freire

Universidade Federal de Goiás – Brasil
flamagalhaes@gmail.com

Daniela da Costa Britto Pereira Lima

Universidade Federal de Goiás – Brasil
daniela_lima@ufg.br

Resumo: O artigo busca analisar de que forma o programa americano Aliança para o Progresso exerceu influência na política educacional brasileira, culminando na política para educação a distância. A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica e fundamentada pela Teoria da Modernização, de Walt Whitman Rostow, que foi também a base teórica que respaldou a Aliança Para o Progresso. Concluiu-se que o Programa, ao atuar no Brasil por meio, principalmente, da agência criada nos Estados Unidos em 1961, United States Agency For International Development (USAID), trouxe as bases para as políticas de incentivo à EaD no Brasil.

Palavras-chave: História da educação; Política educacional brasileira; EaD.

Introdução

No ano de 1961, o presidente estadunidense John Fitzgerald Kennedy lançou um programa de assistência econômica entre os Estados Unidos da América (EUA) e os países da América Latina que ficou conhecido como a Aliança para o Progresso. Alegava buscar a promoção, no continente, de crescimento econômico, democracia política e justiça social. De acordo com Rabe (2016), durante a Conferência de Punta Del Este, Uruguai (em 1961), propôs-se que, com a adesão ao Programa, seriam disponibilizados fundos de mais de 20 bilhões de dólares, com origens públicas, privadas e de autoridades internacionais ao longo dos anos 1960, em forma de bolsas, empréstimos e investimentos privados diretos. Em contrapartida, os países

II SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

EaD na região Centro-Oeste: Institucionalização, Limites e Potencialidades

12 a 14 de abril de 2018 - Campo Grande/MS



que concordaram com a aliança deveriam trabalhar pela igualdade, justiça social, reforma agrária e implementação de progressivos impostos sobre o rendimento.

Ribeiro (2006) complementa esse entendimento ao discorrer que os principais objetivos da Aliança foram: necessidade de criação de programas nacionais que durassem pelo menos 10 anos, exigindo planejamento e monitoramento constante; um plano de investimento de vinte bilhões de dólares em 10 anos; taxa de crescimento da renda *per capita* de 2,5% ao ano e ênfase na reforma agrária.

Entende-se a Aliança para o Progresso como uma peça da Guerra Fria que se desenrolava desde o final da Segunda Guerra, em 1945, da qual Estados Unidos e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) emergiram como as grandes potências mundiais. Esses, apesar de aliados ao longo do conflito contra as forças alemãs, passaram, a partir do final da guerra, a travar uma guerra ideológica entre seus sistemas econômicos, capitalista e socialista.

De acordo com MacMahon (2012), a Guerra Fria se estendeu até o ano de 1990, e teve fim com a unificação da Alemanha. Ao longo das décadas, envolveu tanto países europeus como nações consideradas de terceiro mundo da Ásia, África e Américas, e passou por fases consideradas mais “quentes” (em que a guerra indireta quase se tornou efetiva entre as superpotências EUA e URSS) e outras em que houve tentativas de acordos e maior conciliação.

A Teoria da Modernização - que defendia o fortalecimento da educação tecnicista - era o pilar ideológico da Aliança para o Progresso na América Latina. Com o advento da Aliança e dos acordos educacionais resultantes da cooperação entre a United States Agency for International Development (USAID) e o Ministério da Educação (MEC), o Brasil ingressava no modelo capitalista e, por consequência, buscava adaptar sua educação às necessidades desse padrão.

No Brasil, apreende-se que o esforço entendido como a modernização do país, que também incluía a educação, inicia-se no governo de Humberto de Alencar Castello Branco, instituído por golpe militar, em 1964. Os militares possuíam simpatia pelo modelo americano

II SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

EaD na região Centro-Oeste: Institucionalização, Limites e Potencialidades
12 a 14 de abril de 2018 - Campo Grande/MS



capitalista da época e desejavam que o mesmo fosse implantado no país, expurgando assim os perigos do comunismo soviético (MOTTA, 2014).

Essa modernização pode também ser compreendida, no campo da educação, como o fortalecimento da técnica sobre as outras formas de educação. Segundo Motta (2014, p. 72):

Os valores liberais influenciaram o debate sobre a questão universitária ainda em outro aspecto importante: fortaleceram as críticas à tradição bacharelesca de nossas universidades e, mais especificamente, ao elevado número de estudantes matriculados em cursos de humanidades, superior às vagas destinadas às áreas científica e tecnológica. Os técnicos com formação em economia, cuja opinião ganhou muito peso nos governos militares, enfatizavam a importância de inverter essa tradição e aumentar a proporção de estudantes das áreas de ciência e tecnologia, a fim de atender às necessidades da indústria, das atividades produtivas e da própria máquina do Estado. A ênfase no ensino técnico, em detrimento da tradição humanista, seria acompanhada, naturalmente, da devida priorização de gastos.

É possível interpretar os intercâmbios de docentes e discentes, o *know-how* oferecido pelas consultorias técnicas, e a montagem de laboratórios para cursos e universidades como a semente para a utilização de educação a distância no Brasil. Os professores e estudantes que tiveram contato com a educação que utilizava como meios recursos audiovisuais tanto no país como no exterior trouxeram as bases de sua implantação e utilização no cotidiano das universidades brasileiras.

Busca-se, neste artigo, compreender de que maneira a Aliança para o Progresso, em parceria com seus órgãos de apoio, como a United States Agency For International Development (USAID), influenciaram a política educacional brasileira de acordo com seus princípios, sendo sua base a Teoria da Modernização, de Walt Rostow (1960). Por meio de revisão bibliográfica, serão analisados livros, artigos e documentos que tratam da política desenvolvida na época.

O estudo se torna relevante a partir do momento em que analisa a influência dos governos militares e dos Estados Unidos na educação brasileira, com desdobramentos na implementação da Educação a Distância (EaD) desenvolvida no país a partir de então. A escolha do período entre 1964 e 1996 pretende analisar a totalidade do governo militar em relação às escolhas educacionais que fortaleceram a EaD e sua possível manutenção na redemocratização, com regulamentação inicial trazida pela LDB de 1996.

II SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

EaD na região Centro-Oeste: Institucionalização, Limites e Potencialidades

12 a 14 de abril de 2018 - Campo Grande/MS



Portanto, o artigo está organizado em cinco partes, a saber: introdução; a segunda, que relaciona um programa de assistência econômica para promover a democracia política, o crescimento econômico e a justiça social na América Latina (RABE, 2016) intitulado Aliança para o Progresso e a teoria da modernização; a terceira em que discutimos a influência da modernização americana no Brasil culminando nas políticas para EaD; conclusão e referências.

Aliança para o Progresso e a Teoria da Modernização

Em sua obra, *Modernization as Ideology*, o autor Michael E. Latham (2000, p. 81-82, tradução nossa) descreve:

A derrota na Baía dos Porcos, por outro lado, deu à Aliança para o Progresso um impulso adicional. Apenas um mês depois de anunciada a Aliança por Kennedy, exilados anti-Castro treinados pela CIA em acampamentos em Miami, New Orleans, Nicarágua e Guatemala desembarcaram em praias cubanas, na esperança de catalisar um movimento de âmbito nacional para inviabilizar a revolução. A invasão, ocorrida em 17 de abril de 1961, foi um desastre absoluto. [...] A administração Kennedy se voltou para tentativas secretas com o objetivo sabotar a economia cubana e assassinar seu líder revolucionário. [...] A Aliança, muitos estrategistas esperavam, desviaria a humilhação causada por Castro e convenceria os latino-americanos que o verdadeiro desenvolvimento poderia ser alcançado por meio de assistência dos EUA, em vez de ação revolucionária.¹

O governo americano, após a derrubada do presidente Fulgêncio Batista em Cuba, e principalmente da fracassada invasão da Baía dos Porcos, percebeu a necessidade de disseminar sua própria ideologia, além da pressão militar e dos incentivos econômicos, frente ao comunismo que conduzia a URSS.

Os quatro pilares básicos a serem defendidos a partir de então nas Américas seriam o princípio da liberdade humana; o reconhecimento que liberdade genuína demanda bem-estar econômico e social para todos; o princípio de que os governos conseguem a legitimidade a partir das escolhas livres de sua população e que podem periodicamente ser mudados sem a necessidade do uso da força; e, por fim, que governos de países americanos não deveriam se

¹ Todas as citações da obra de Michael E.Latham, *Modernization as Ideology*, foram traduzidas do texto original, em inglês.



tornar nem instrumentos nem prisioneiros de políticas vindas de fora da América. Dessa forma, esses os fundamentos guiarão as ações e principalmente o discurso dos Estados Unidos no continente e contra a inserção da URSS e seu comunismo nos países. (US GOVERNMENT, 1961).

Segundo Rabe (2016, p. 1, tradução nossa):

As sociedades tradicionais, como eles presumiam existir na América Latina, possuíam estruturas políticas autoritárias, economias rurais atrasadas, e uma falta de fé no progresso científico e o espírito empreendedor. A sociedade moderna seria semelhante a dos Estados Unidos, seria caracterizada por um sistema político competitivo, um sistema econômico comercial e tecnologicamente sofisticado, consumo de massa, altas taxas de alfabetização, e uma população geograficamente e socialmente móvel.

Latham (2000) afirma que, para Rostow (1960), as sociedades possuiriam escala de amadurecimento, assim como os seres humanos. A modernização de que trata esta teoria seria o processo pelo qual instituições são adaptadas para as funções altamente transformadoras que refletem um desenvolvimento sem precedentes no conhecimento humano, permitindo o controle sobre o ambiente ao seu redor. Em seu entendimento, o conceito de modernização envolveria diversos tipos de mudanças relacionadas à organização econômica, sistemas de valores sociais e estruturas políticas.

Na busca por esses fatores capazes de trazer o desenvolvimento econômico, social e cultural ao país que necessita fazer a transição de uma situação de subdesenvolvimento e instabilidade para um cenário de independência, sendo os próprios Estados Unidos o maior modelo de como um país concluiria sua escala de evolução (LATHAM, 2000).

Ao compreender de que forma aconteceria essa evolução, conclui-se que, ao longo desse processo, o país em desenvolvimento, acometido de graves problemas estruturais, como corrupção, fome, desemprego, entre outros, poderia acabar por se desviar em direção às doutrinas revolucionárias oferecidas pela URSS. Para evitar que isso ocorresse e permitir o desenvolvimento considerado por eles correto dessas nações, os Estados Unidos ofereceriam, na forma da Aliança Para o Progresso, oportunidades e auxílio como financiamento e cooperação técnica.

De sua parte, os países latino-americanos deveriam realizar uma autoanálise, compreender suas necessidades e apresentar planos e projetos detalhados sobre aspectos para

II SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

EaD na região Centro-Oeste: Institucionalização, Limites e Potencialidades

12 a 14 de abril de 2018 - Campo Grande/MS



seu desenvolvimento. Os analistas da Aliança apontavam também que era essencial a promoção de políticas que resultariam em investimentos privados, reforçando a confiança dos investidores estrangeiros. Dessa forma, entende-se a necessidade de participação ativa dos governos e lideranças de cada país interessado em conseguir financiamento por meio do Programa. (LATHAM, 2000).

Latham (2000) critica a forma como as especificidades de cada país envolvido foram superficialmente consideradas, e também o conceito do que seria moderno em relação ao subdesenvolvimento local. Isso fazia parte da forte disputa ideológica que transformou a América Latina, a partir do governo Kennedy, em uma arena de batalha. Nesse aspecto ele se diferenciava do presidente anterior, Dwight David Eisenhower, que considerava que a América Latina não estava inserida na Guerra Fria e que deveria adaptar seus mercados para atrair, por seu próprio mérito, capital estrangeiro privado.

Ainda segundo Latham (2000), maior exemplo a ser seguido neste íterim seria o do caminho traçado pelos Estados Unidos. Seguir suas lições e usar seus programas como modelo possibilitaria o sucesso desses países ainda em vias de modernização. O moderno transformaria o tradicional entendimento de vida em valores como disciplina, mobilidade social e respeito por status alcançado, e alçaria a sociedade atrasada no caminho necessário para o progresso.

Para que cada nação tivesse a possibilidade de se modernizar dentro de suas possibilidades, seria necessário que conhecimento técnico e científico fosse empregado. É nesse contexto que se destaca a atuação da *United States Agency for International Development* (USAID), uma agência internacional americana criada com o objetivo cooperar com os países e encarregada de distribuir ajuda externa econômica, política e de assistência humanitária. Seus técnicos teriam a missão de analisar a sociedade como um todo e identificar as pré-condições necessárias para seu rápido avanço. (LATHAM, 2000).

Passível de discussão e crítica está o conflito entre um dos pilares da política da Aliança para o Progresso, a democracia, a convivência e apoio do governo americano a lideranças que ascenderam ao poder como resultados de golpes militares não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina. Percebe-se que, no fim das contas, a luta contra as revoluções esquerdistas se

II SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

EaD na região Centro-Oeste: Institucionalização, Limites e Potencialidades
12 a 14 de abril de 2018 - Campo Grande/MS



sobreponha a qualquer princípio humanitário ou democrático caso estes entrassem em atrito. Mesmo com o crescimento das denúncias de tortura contra civis, o governo americano permaneceu ao lado de seus aliados militares, permitindo que a morte de milhares de pessoas acontecesse.

Segundo Loureiro (2013), a Aliança demandava uma completa adaptação cultural e social para a modernização dos países. A análise da realidade brasileira, assim, constatava a urgente necessidade de uma reforma educacional ampla e completa. A ausência de uma educação para o trabalho tornava a mão de obra qualificada escassa e inviabilizava o desenvolvimento da indústria, ao mesmo em tempo que dificultava a expansão da demanda por empregos.

Entendia-se, também, a necessidade de uma formação rápida e ampliação de vagas nas escolas, de acordo com o aumento da população (ROMANELLI, 2013). Caso não desenvolvesse seu sistema educacional, jamais conseguiria se tornar um produtor em larga escala e, em consequência, não teria capacidade de atingir os níveis mais altos de modernização propostos por Rostow (1960).

Foi nesse contexto aplicado aos objetivos da Aliança para o Progresso, dentre eles as reformas sociais e culturais, que os Acordos entre o Ministério da Educação (MEC) no Brasil e a USAID (conhecidos como Acordos MEC-USAID) foram assinados, no governo do presidente Arthur da Costa e Silva, a partir de 1964. Como parte do desenvolvimento que o Programa buscava trazer para as nações latinas, a USAID enviou estudiosos norte-americanos para analisar e oferecer sugestões para o progresso do ensino oferecido no país.

O Brasil, a Modernização Técnica da Educação e a EaD

O objetivo do governo militar brasileiro na área educacional, após a tomada do poder, em 1964, seria moldar a política de forma que uma educação voltada para o trabalho tomasse corpo. Os indivíduos deveriam, então, ter uma formação mais rápida e menos academicista, para que pudessem ser inseridos de forma direta no mercado de trabalho. (ROMANELLI, 2013).

II SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

EaD na região Centro-Oeste: Institucionalização, Limites e Potencialidades
12 a 14 de abril de 2018 - Campo Grande/MS



Esse entendimento de educação tecnicista trazido ao Brasil era reflexo direto do pensamento americano do período, representado principalmente pela teoria da modernização. De acordo com Motta (2014), nos relatórios que escreveu sobre o Brasil quando era assessor da Casa Branca, Rostow compreendia que para o investimento educacional as áreas de agricultura, química, aeronáutica e todas as que fossem tecnologicamente mais propícias seriam prioridade para investimento americano, pois estas seriam as que fariam o país desenvolver seu mercado e indústria.

O Brasil, ligado diretamente à influência norte-americana, tinha como uma das ações mais importantes da época e que teve mais repercussão no ambiente acadêmico e político, os acordos celebrados entre Ministério da Educação (MEC) e a USAID, também conhecidos como Acordos MEC-USAID, assinados no governo do presidente Arthur da Costa e Silva, a partir de 1964. Como parte do desenvolvimento que o Programa buscava trazer para as nações latinas, a USAID enviou estudiosos norte-americanos para analisar e oferecer sugestões para o progresso do ensino oferecido no país, além de oferecer apoio técnico e material.

Durante períodos diferentes, os técnicos enviados pela USAID avaliaram e escreveram pareceres sobre a situação das escolas e universidades brasileiras, que geraram, segundo Alves (1968), acordos de cooperação e assessoria, envolvendo o ensino superior, primário, médio, a educação rural, a formação de professores, entre outros. Por meio deles, o órgão internacional não forneceria apenas sugestões teóricas e metodológicas de reformar a educação no Brasil, mas, através de empréstimos, intercâmbio de professores e funcionários, instalações de escritórios e suas respectivas estruturas, manutenção de bolsistas, entre outros, estaria lado a lado com o governo do Brasil para colocá-los em prática. Mais que simples compromissos técnicos, esses acordos passariam a orientar as bases da política de educação brasileira a partir de então. (ALVES, 1968).

A USAID teve, portanto, papel fundamental no esforço de modernização, especialmente educacional, do Brasil. A partir da cooperação técnica oferecida houve o acesso da Educação Superior do Brasil a novas metodologias de ensino e realidades educacionais, como por exemplo, a da educação via televisão, entre outras.

II SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

EaD na região Centro-Oeste: Institucionalização, Limites e Potencialidades
12 a 14 de abril de 2018 - Campo Grande/MS



Germano (1993) afirma, ademais, que esse movimento modernizante, principalmente quando se trata da educação superior, foi colocado em prática pelo próprio aparelho de Estado, e isso inclui o aparato militar, mas que foi consequência de reivindicações da própria sociedade civil. De acordo com Luis Antônio Cunha (1988, p. 22, apud GERMANO, 1993, p. 117):

A concepção de universidade calcada nos modelos norte-americanos não foi imposta pela USAID, com a conivência da burocracia da ditadura, mas, antes de tudo, foi buscada, desde fins da década de 40, por administradores educacionais, professores e estudantes, principalmente aqueles com o imperativo da modernização e, até mesmo, da democratização do ensino superior em nosso país.

Ainda de acordo com Germano (1993), o entendimento da educação de nível médio passa, nesse contexto, também a ser revisto. Passou-se a enfatizar a necessidade de trazer características não propedêuticas, ou seja, terminais para a educação, principalmente para sua base. A escola técnica, então, torna-se modelo, pois é uma escola voltada para a aplicação prática, instrumental e, principalmente, com foco no mercado de trabalho. Segundo Motta (2014, p. 77):

É importante mencionar que a intenção original dos americanos era concentrar esforços na educação elementar e nos cursos técnicos, no início (anos 1950) não havia planos de atuar na educação superior. Eles queriam reformular a educação brasileira desde os níveis primários, para que ela não se voltasse tanto para preocupações teóricas e conteúdos clássico-humanistas [...]. A intenção anunciada era desenvolver métodos “modernos” e desenvolver a educação a fim de elevar a produtividade e o bem-estar dos brasileiros.

O autor ainda defende que o objetivo americano, mais que possibilitar a modernização, era influenciar a política brasileira e disseminar seus valores e princípios pelo país. Uma maneira de tornar isso possível seria levar docentes e estudantes para formação nos moldes americanos, em universidades estadunidenses – ação tornada possível por meio dos acordos com a USAID. Esses indivíduos seriam responsáveis direta e indiretamente por implantar os métodos de ensino e difundir a realidade americana – inclusive seu uso e adesão a métodos de ensino a distância – pelos centros de saber no Brasil. (MOTTA, 2014).

Ainda nesse íterim, Moraes (1997) afirma que as primeiras iniciativas na área da informática ligadas à educação foram resultado das políticas implantadas pelo governo durante a década de 1960. Ainda de acordo com a autora, em 1971 considerou-se pela primeira vez o

II SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

EaD na região Centro-Oeste: Institucionalização, Limites e Potencialidades

12 a 14 de abril de 2018 - Campo Grande/MS



uso de computadores no ensino de Física, em colaboração com a Universidade de Dartmouth, dos Estados Unidos.

Segundo Medeiros (2012), é importante ressaltar que as elites conservadoras eram as líderes no processo de inserção das tecnologias e da EaD na legislação brasileira durante o período militar, e esta inserção destaca sua apropriação pelas forças sociais e políticas conservadoras.

Lima, (1993, apud MORAES, 1997, p.1), destaca que “as primeiras demonstrações do uso de computador na educação, na modalidade CAI, *Computer Aided Instruction*, ocorreram no Rio de Janeiro, em 1973, na I Conferência Nacional de Tecnologia Aplicada ao Ensino Superior.”. Moraes (1997, p.71) afirma ainda como a informática e os computadores foram se tornando paulatinamente um movimento forte na educação brasileira:

Em julho daquele mesmo ano e do ano seguinte, a UNICAMP receberia as visitas de Seymour Papert e Marvin Minsky para ações de cooperação técnica. Em fevereiro-março de 1976, um grupo de pesquisadores da UNICAMP visitou o MEDIA-Lab do MIT/USA, cujo retorno permitiu a criação de um grupo interdisciplinar envolvendo especialistas das áreas de computação, lingüística e psicologia educacional, dando origem às primeiras investigações sobre o uso de computadores na educação, utilizando a linguagem Logo. Iniciava-se, naquela oportunidade, uma profícua cooperação técnica internacional com os renomados cientistas Papert e Minsky, criadores de uma nova perspectiva em inteligência artificial, e que até hoje vem refletindo na qualidade dos trabalhos desenvolvidos na UNICAMP.

É possível identificar, portanto, a forte influência americana no modelo educacional desenvolvido a partir dos anos 1960, principalmente no que tange ao modelo oferecido pelos técnicos da USAID e de que maneira passou a ser incorporada na realidade da educação brasileira.

Para Medeiros (2012) o telensino merece grande destaque como método utilizado para desenvolver os objetivos do tripé ideológico que, de acordo com ela, mantinham a base do Regime Militar: a Doutrina de Segurança Nacional, a forte influência do pensamento cristão conservador e a teoria do capital humano – que considerava a educação um investimento feito pelo indivíduo em si mesmo.

II SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

EaD na região Centro-Oeste: Institucionalização, Limites e Potencialidades

12 a 14 de abril de 2018 - Campo Grande/MS



Todo o aparato de EaD desenvolvido então pode ser entendido também como um artifício utilizado para diminuir a importância dos professores, monitorar os conteúdos, através da censura, e para desmobilizar os estudantes. Esses objetivos refletem a apropriação das elites conservadoras do país sobre a Educação a Distância (MEDEIROS, 2012).

Considerações Finais

A Aliança Para o Progresso, regida pela Teoria da Modernização, pregava que os Estados Unidos, buscando evitar revoluções de cunho esquerdista, deveria fornecer apoio financeiro e técnico para os países que se encontravam ainda em uma fase inicial de desenvolvimento. Seria necessário o progresso econômico, social e político, em grande parte espelhado em programas americanos como modelo, para que as nações atingissem o processo final da modernização.

No Brasil, uma das agências americanas responsáveis por essa cooperação seria a USAID, que, entre outras instâncias, realizou acordos visando oferecer assessoria técnica para uma reforma educacional a ser realizada no país. Essa reforma, de acordo com Romanelli (2013), se mostrava uma das prioridades do governo militar, que objetivava adaptar as realidades culturais do país, por meio de modificações na educação básica e superior.

O objetivo final, quando se considera a modernização almejada, seria fornecer uma educação voltada para o trabalho, com a capacitação rápida da mão de obra. Um aspecto importante foi o fortalecimento das instituições particulares, devido à oferta insuficiente e a impossibilidade do desenvolvimento de estrutura educacional em consonância com a demanda já existente.

Dessa maneira, pode-se identificar o fortalecimento de cursos de Educação a Distância no país a partir desta década. Os cursos oferecidos por rádio, correspondência, televisão e, posteriormente, vídeo, tiveram crescimento acelerado até meados dos anos 1970, em possível resposta à atuação direta dos Estados Unidos no Brasil – além do financiamento, é importante



questionar se a metodologia de ensino, aplicada de cima para baixo sem adaptações à realidade local, também fazia parte dos serviços de consultoria.

O fim dos governos autoritários, a redemocratização e a corrente neoliberal que entrou em voga na época permitiram um revigoramento da EaD no país. Com a Constituição de 1988 estabeleceram-se as bases para a institucionalização posterior da Educação a Distância, assegurando a todos os cidadãos o direito à educação, visando ao exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

Em 1996, essa mesma EaD é consentida oficialmente por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96), que estipula condições para sua oferta no ensino básico e superior. Deste momento em diante, o governo passa a regulamentar a oferta de cursos (LIMA, 2014).

A partir deste período de regulamentação que se iniciou com a LDB de 1996 houve forte expansão da EaD, principalmente em consequência da política neoliberal da época. Considerada falha no aspecto de acompanhamento, supervisão e regulação, no período entre 2002 e 2012, possibilitou o crescimento das IES privadas credenciadas para EaD em mais de 600%. (LIMA, 2014).

Dourado (2008, p. 911) quando analisa a expansão da educação superior no Brasil, considerando como parte fundamental desse fenômeno a EaD, afirma:

Sem negligenciar outras questões importantes, se impõe, ainda, a necessária expansão da educação superior pública em todas as áreas, ganhando centralidade a área de formação. Tal dinâmica expansionista implica o repensar das atuais políticas, no sentido de consolidar um conjunto de ações e de experiências bem-sucedidas em andamento, mas supõe também a busca de ações que contribuam para a expansão, articuladas à melhoria das condições de oferta. Ou seja, é preciso expandir as matrículas e, ao mesmo tempo, otimizar a capacidade instalada, contratar novos professores, melhorar a infraestrutura das instituições, entre outros.

Portanto, entende-se que o modelo educacional pautado na Educação a Distância no Brasil foi consequência das cooperações técnicas trazidas por acordos assinados pelos governos militares que se iniciaram nos anos 1960 e perduraram até o final dos anos 1980. Entretanto, o que se pode perceber é que essa expansão, iniciada com a LDB/96, foi desordenada, privilegiando o ensino privado que, em muitos casos, é marcado por baixa qualidade.

II SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

EaD na região Centro-Oeste: Institucionalização, Limites e Potencialidades

12 a 14 de abril de 2018 - Campo Grande/MS



Referências

ALVES, Márcio Moreira. **Beabá dos MEC-USAID**. Rio de Janeiro: Edições Gernasa, 1968.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e Gestão da Educação Superior a Distância: Novos Marcos Regulatórios? **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 29, n. 104 - Especial, p. 891-917, out. 2008. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/es/v29n104/a1229104> > Acesso em 07 nov. 2016.

GERMANO, José Willington. **Estado Militar e Educação no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1993.
LATHAM, Michael. **Modernization as Ideology – American Social Science and “Nation Building” in the Kennedy Era**. University of North Carolina Press, 2000.

LIMA, D. da C. B. P. **Produto 02** - Documento técnico contendo estudo analítico do processo de expansão de EaD ocorrido no período 2002-2012, particularmente no que se refere aos cursos de formação de professores nas IES públicas e privadas. Projeto Conselho Nacional de Educação/UNESCO de Desenvolvimento, aprimoramento e consolidação de uma educação nacional de qualidade – Educação a distância na educação superior, 2014.

LOUREIRO, Felipe Pereira. Dois Pesos, Duas Medidas: Os Acordos Financeiros de 1961 entre Brasil e Estados Unidos durante os Governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1962). **Economia e Sociedade**, 22, n. 2 (2013): 547-576. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v22n2/a09v22n2.pdf> >. Acesso em: 17 maio 2016.

MACMAHON, Robert. **Guerra Fria**. Porto Alegre: L&PM, 2012.

MEDEIROS, Simone. **Políticas de educação a distância na formação de professores da educação básica no governo lula da silva (2003-2010): embates teóricos e políticos de um campo em disputa**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2012. 390 p. Tese (Doutorado em



Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

MORAES, Maria Candida. Informática Educativa no Brasil: Uma História Vivida, Algumas Lições Aprendidas. **Revista Brasileira de Informática na Educação** – Número 1 – 1997. Disponível em < <http://br-ie.org/pub/index.php/rbie/article/viewFile/2320/2082> >. Acesso em: 11 jul. 2016.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As Universidades e o Regime Militar**. Belo Horizonte: Zahar, 2014.

RABE, Stephen. Alliance for Progress. **Oxford Research Encyclopedias – Latin American History**, 2016. Disponível em: < <http://latinamericanhistory.oxfordre.com/view/10.1093/acrefore/9780199366439.001.0001/acrefore-9780199366439-e-95?rskey=JcggSu&result=1> >. Acesso em: 11 jul 2016.

RIBEIRO, Ricardo Alaggio. **A Aliança para o Progresso e as Relações Brasil-Estados Unidos**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Ciência Política, 2006. Disponível em: < <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/280107/1/Ribeiro,%20Ricardo%20Alaggio.pdf> >. Acesso em: 26 jun. 2017.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

ROSTOW, W.W. **The stages of economic growth: a non communist manifesto**. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

US GOVERNMENT. **Report From the Task Force on Immediate Latin American Problems to President-elect Kennedy**. Foreign Relations Of The United States, 1961–1963, Volume Xii, American Republics. Disponível em: < <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1961-63v12/d2> >. Acesso em: 31 maio 2016.